Sarney dirá o que quer da

Crescer, criando empregos, é o objetivo da polític

economia

a a ser anunciada

CÉSAR FONSECA
Da Editoria de Economia

De forma solene, o presidente Sarney anunciará à Nação, nos próximos dias, as novas diretrizes da política econômica do seu governo que contemplará um crescimento econômico compatível com a necessidade de absorção da mão-de-obra que ingressa anualmente no mercado de trabalho, ou seja, em torno de 6%, mais de acordo, portanto, com a orientação do ministro do Planejamento, João Sayad, autor dessa proposta, do que com a orientação do ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, defendor de uma taxa de crescimento anual de 4%.

O Presidente, com os subsídios que vem recebendo dos ministros da área econômica, está convencido de que será possível afastar o espectro de uma nova recessão e ao mesmo tempo combater o déficit público calculado em torno de Cr$ 95 trilhões a Cr$ 110 trilhões este ano, dos quais Cr$ 35 trilhões deverão ser eliminados, sendo que de Cr$ 23 trilhões a Cr$ 25 trilhões desse total somente nas empresas estatais.

Para alcançar esse objetivo, o Governo deverá flexibilizar a política monetária, abrandando "levemente" a emissão de moeda. Não se trata, segundo fonte palaciana, de tentar reduzir as taxas de juros artificialmente, mas buscar estimular as potencialidades da economia que pode ser atividade com maior utilização da capacidade industrial que está ociosa em torno de 40%.

Cobrindo a capacidade ociosa, o Governo não esquentará demasiadamente a economia, conforme raciocina a fonte palaciana, porque não estará estimulando novos investimentos na capacidade produtiva da economia, o que seria irreal. Assim, é previsível que o Governo estimule mais as importações para estimular o mercado interno. País subdesenvolvido, com carências sociais, não pode suportar um surto recessivo, admitiu.

BALANÇO

O Presidente está ultimando medidas para lançar as novas diretrizes econômicas do seu governo. Ele fará um balanço da economia nos primeiros 90 dias de administração. Destacará o combate à inflação como a conquista mais significativa. Dirá que encontrou o caos econômico e dará números detalhados sobre o mesmo, em todas as áreas, lembrando que as previsões inflacionárias eram catastróficas e lançavam uma perspectiva sombria sobre o comportamento da economia este ano.

No entanto, ele ressaltará que reverteu o quadro e traçou caminhos mais nítidos que devolveram confiança ao empresariado, apesar dos acontecimentos dramáticos vividos pela Nova República no seu início. Uma expansão monetária que andava pela casa dos 270%, prenunciando uma inflação semelhante à Argentina, foi trazida para o patamar dos 200% e se prevê um acordo com o Fundo Monetário Internacional que a estime entre 160% e 170%.

Medidas como o congelamento de preços nas empresas estatais serão explicadas como necessárias no contexto em que o Governo encontrou a situação econômica, mas que, obtido o controle de inflação, estão sendo eliminados, como ocorreu esta semana com os preços da energia elétrica e do aço. Revertidas pressões inflacionárias, o Governo manterá controle rígido para "conter" e não "reduzir" a inflação, porque não se pretende continuar "esfriando", conforme expressou a fonte palaciana, a economia.

As novas diretrizes econômicas do governo Sarney tentarão fortalecer mais ainda os setores agrícola e exportador. O Presidente entende que são as duas atividades que podem gerar efeito multiplicador, argumento utilizado comumente pelo ministro João Sayad, de forma a neutralizar efeitos inflacionários. As exportações pressionam a inflação, mas o crescimento agrícola a combate pela maior oferta de alimentos. O setor industrial se beneficiaria do crescimento desses dois setores de maneira a preencher mais a sua capacidade ociosa.

AVALIAÇÃO

Ontem, o presidente Sarney reuniu-se à tarde com o ministro Sayad para fazer uma primeira avaliação dos cortes que deverão ser efetuados nos gastos públicos no âmbito de cada ministério.

O Presidente está preocupado com o nível de corte que está sendo discutido. O ministro Francisco Dornelles propôs um corte de Cr$ 35 trilhões, mas o ministro Sayad contrapôs Cr$ 27,8 trilhões. É previsível, levando em conta os critérios políticos que deverão ser obedecidos no processo de discussão do assunto, que a proposta de Sayad saia vitoriosa, para evitar que cortes mais profundos nas empresas prejudiquem as empresas fornecedoras privadas.

Não há maiores divergências sobre a proposta da Fazenda, de aumentar a carga tributária entre Cr$ 8 trilhões e Cr$ 12 trilhões, nunca ultrapassando a Cr$ 15 trilhões, nem a de emitir de Cr$ 10 trilhões a Cr$ 15 trilhões. O governo entende, segundo a fonte ministerial, que poderá aumentar a carga tributária significativamente desde que amoleça um pouco a política monetária.